

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e
Cultura

Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações
Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)

Catia Rosana de Oliveira dos Santos

**A LÍNGUA UTILIZADA PELOS ESCRAVIZADOS
COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA**

Rio de Janeiro
2022



Catia Rosana de Oliveira dos Santos

**A LÍNGUA UTILIZADA PELOS ESCRAVIZADOS COMO ESTRATÉGIA DE
RESISTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico.

Orientador Professor Helio de Sant' Anna dos Santos, Doutor em Estudos de Linguagem.

Rio de Janeiro

2022

COLÉGIO PEDRO II

PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA

BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER

CATALOGAÇÃO NA FONTE

S237 Santos, Catia Rosana de Oliveira.

A língua utilizada pelos escravizados como estratégia de resistência / Catia Rosana de Oliveira Santos. — Rio de Janeiro, 2022.

50 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Hélio sant'Anna dos Santos.

1. Relações étnico-raciais – Estudo e ensino. 2. Língua e literatura. 3. Leitura. 4. Literatura afro-brasileira. I. Santos, Hélio Sant'Anna dos. II. Colégio Pedro II. III. Título.

CDD 305.8

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Catia Rosana de Oliveira dos Santos

**A LÍNGUA UTILIZADA PELOS ESCRAVIZADOS COMO ESTRATÉGIA DE
RESISTÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá), vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá).

Aprovado em: ____/____/____.

Professor Doutor Helio de Sant'Anna dos Santos (Orientador)
Colégio Pedro II - Ererebá

Professora Doutora Fernanda Felisberto da Silva
UFRRJ

Professora Doutora Sílvia Barros da Silva Freire
Colégio Pedro II - Ererebá

Dedico este trabalho à minha avó Conceição (in memoriam), que, apesar de nunca poder ter frequentado um banco escolar, dedicou tempo e esforços para o ingresso da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para seguir com esta pesquisa, mesmo em meio a um período tão delicado que foi a pandemia. E por Ele ter me dado ânimo e coragem de poder alcançar meu objetivo de chegar ao final.

À minha mãe, que apesar de estar geograficamente distante, por sempre se fazer presente com suas palavras de incentivo, carinho e consolo nos momentos mais difíceis.

Ao Anderson, meu companheiro, por dividir nossa convivência amorosa com as abordagens da pesquisa demonstrando atenção e compreendendo a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho.

Às minhas filhas, por contribuírem direta e indiretamente nas aulas remotas, ora me auxiliando com as ferramentas tecnológicas, ora fazendo o silêncio necessário principalmente quando eu tinha que abrir o microfone para falar, bem como também discutindo os questionamentos gerados ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Às amigas companheiras de trabalho, Gabriela e Vanessa, por terem me incentivado e, juntamente comigo, aceitaram o desafio de ingressarmos na pós em meio às demandas que temos enquanto professoras do ensino fundamental do primeiro segmento.

Gratidão também à colega de turma Mainara pelo apoio demonstrado e pelas trocas de experiências durante os encontros com o nosso orientador.

Ao professor Hélio, por ter sido meu orientador e ter desempenhado esta missão com tamanha dedicação.

Às professoras Fernanda e Sílvia por terem aceitado o convite para compor a banca de defesa deste trabalho e por terem feito contribuições bastante pertinentes ao tema proposto.

Aos professores do EREREBÁ, pelos ensinamentos e pelo carinho que tiveram conosco durante o período pandêmico, sempre demonstrando paciência nas ministrações das aulas remotas.

À instituição de ensino, Colégio Pedro II, essencial no meu processo de formação profissional, pelo comprometimento, e por tudo o que absorvi ao longo do curso.

A todos os colegas de turma, que, apesar de não tê-los conhecido pessoalmente, demonstraram um companheirismo que foi fundamental para a elaboração desta pesquisa e conclusão do curso.

*“Não vou mais lavar os pratos.
Nem vou limpar as poeiras dos móveis.
Sinto muito. Comecei a ler. Abri outro
dia um livro [...]”
Está decretada a lei áurea.”
(Cristiane Sobral)*

RESUMO

SANTOS, Catia Rosana de Oliveira. **A língua utilizada pelos escravizados como estratégia de resistência.** 2022. xx f. (total de folhas). Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá)) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2022.

Este trabalho é uma análise feita através de trechos literários dos romances Úrsula, Um Defeito de Cor, O Crime do Cais do Valongo e do artigo Luiz Gama e a sátira racial como poesia da transgressão: poéticas narrativas como contranarrativa à ideia de raça. Assim, intervindo nesta perspectiva, o propósito dessa pesquisa é que ela seja uma ferramenta para que o professor de Língua Portuguesa considere o quanto a utilização da língua pelos escravizados, no século XIX, foi uma importante tática de resistência contra os métodos de dominação do colonizador. E a partir desta, mediar a aprendizagem dos alunos, fazendo com que ampliem a visão em relação à apropriação dos códigos linguísticos, de modo que compreendam como ela pode ser desenvolvida de forma vertical e subversiva. E desta maneira orientá-los com o intuito de romper com os padrões hegemônicos linguísticos que reverberam até os dias atuais em nossa sociedade. Assim, esperamos colaborar com o alcance do reconhecimento da integração dos povos negros e indígenas no processo de formação da sociedade brasileira, povos esses que não somente contribuíram com algumas palavras ao léxico, mas, sobretudo, compuseram a estrutura linguística dessa nação. A pesquisa teve como referência os estudos de Lélia Gonzalez (1984), Frantz Fanon (2008), Conceição Evaristo (2009), Bell Hooks (2019) e Fernanda Miranda (2019).

Palavras-chave: literatura negro-brasileira; estratégia; resistência; língua; leitura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	OBJETIVOS	11
2.1	Objetivo Geral.....	11
2.2	Objetivos Específicos	11
3	JUSTIFICATIVA	12
4	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	14
4.1	O domínio da língua imposto aos povos colonizados.....	14
4.2	Sinais de ruptura à imposição da utilização do idioma português.....	19
6.	ANÁLISE DE DADOS	26
6.1	Língua enquanto tecnologia de poder	26
6.2	Mecanismos de resistência desenvolvidos pelos cativos	32
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser desenvolvido nesta monografia intitulado *A língua utilizada pelos escravizados como estratégia de resistência* surgiu através de um questionamento que me acompanha há alguns anos em minha trajetória acadêmica, o qual se desencadeou pela curiosidade em descobrir de que maneira os escravizados criaram e desenvolveram habilidades para romper com as táticas de opressão e silenciamento, principalmente por meio da imposição linguística, provocada pelo regime escravocrata ocorrido no Brasil.

Usamos como parâmetro o período de colonização, especificamente, o século XIX, que em nome da “civilização” fez com que os povos da etnia preta e indígena fossem dizimados, e, além disso, tivessem o seu legado histórico-cultural apagado da memória da formação da população deste país.

A proposta do trabalho é uma análise feita através da leitura de trechos literários dos romances *Úrsula*, *Um Defeito de Cor*, *O Crime do Cais do Valongo* e do artigo *Luiz Gama e a sátira racial como poesia da transgressão: poéticas narrativas como contranarrativa à ideia de raça*, com o intuito de observar o quanto a apropriação da língua portuguesa está historicamente associada à herança colonial e, ao mesmo tempo, entender o modo com que este uso foi violentamente apresentado à população preta, sustentando, nela, a ideia de embranquecimento.

Em razão disso, a pesquisadora Fernanda Miranda ressalta em sua tese *Silêncios Prescritos* que as obras de autoras negras têm procurado “interpelar a História, tomando-a como um paradigma aberto que abarca novas possibilidades, desde o ponto de vista da experiência do negro” (MIRANDA, 2019, p.223). Logo, segundo Fernanda Miranda, interpelar a história oficial seria uma manobra das autoras negras brasileiras de trazerem à tona os relatos e as memórias dos sujeitos negros em seus romances, utilizando a ficção como pano de fundo para dar uma nova versão à narrativa que sempre foi encoberta nos cânones literários.

Neste sentido, esses romances elucidam fatos sobre a diáspora africana, que foram ocultados na História oficial com a finalidade de invisibilizar a população preta da identidade nacional brasileira. Eles trazem as memórias do passado que contribuem para entendermos o presente, bem como também demonstram o quanto a língua sempre foi usada para desqualificar a figura do negro.

Assim, teremos a possibilidade de, através dessas narrativas, repensar e reformular a imagem subjetiva do homem negro e da mulher negra, considerando suas vivências por meio de uma “dimensão performativa”.

Deste modo, tentaremos evidenciar, por um lado, a verticalização e a reprodução desse conhecimento e, em contrapartida, identificar os processos de rompimentos desse modelo epistêmico, buscando elementos que nos levem a alargarmos o olhar frente a esses aspectos na esperança de romper com padrões hegemonicamente preestabelecidos.

Para uma melhor compreensão deste trabalho, ele está organizado em três partes. A primeira, trazendo uma contextualização histórica do processo de apropriação da língua portuguesa pela população preta no período colonial e quais foram os seus desdobramentos. A segunda, apresentando um contraponto com sinais de ruptura à imposição da aquisição desses códigos linguísticos. E, finalmente, a terceira parte, propondo a materialização dos instrumentos de resistências através das experiências comprovadas nos trechos das obras apresentadas.

Consequentemente espera-se que, através dessas análises, seja possível entender como determinados agentes históricos superaram a condição de “iletrados”, conseguindo se apropriar e utilizar das técnicas de leitura e escrita, ressignificando suas histórias de forma tão ousada e significativa.

2 OBJETIVOS

Nesse capítulo serão apresentados os objetivos gerais e específicos da pesquisa realizada, com o intuito de explicitar para o leitor o que se pretende alcançar ao fim do trabalho. Para tanto se faz necessário um recorte histórico sobre a escravidão no Brasil, com base em *Úrsula*, *Um defeito de cor* e *O Crime do Cais do Valongo*, obras de ficção, e um artigo sobre Luiz Gama. Todas elas têm como referência o cenário histórico do século XIX.

2.1 Objetivo Geral

Demonstrar, através da seleção e análise de trechos dos textos literários, cujo contexto é o período de escravização no Brasil, a forma como os negros resistiam ao sistema escravocrata utilizando os códigos linguísticos, impostos pelo colonizador, como estratégia de resistência à repressão e à violência, às quais esses sujeitos eram submetidos.

2.2 Objetivos Específicos

- Contextualizar a influência da colonização na apropriação da língua europeia por parte dos escravizados.
- Desenvolver análises interpretativas das obras literárias, bem como, teóricas, que contribuirão na construção da criticidade em torno da automatização e naturalização do racismo.
- Comprovar que os escravizados africanos não aceitavam a escravização de maneira passiva, mas sim que eles se organizavam de diferentes maneiras para colocar limites à violência a que eram submetidos no seu cotidiano, tendo o conhecimento e uso efetivo da língua portuguesa como uma de suas armas de resistência.
- Compreender que o uso da língua pode ser sistematizado não como forma de reprodução de ideias colonialistas e opressoras, mas sim como uma entidade social em constante transformação, visando à interação entre indivíduos, considerando suas diferenças e particularidades.

3 JUSTIFICATIVA

A proposta desse trabalho é uma análise através de trechos dos textos literários como estratégia para o professor reconhecer o peso da língua nas relações socioculturais. Uma das finalidades é demonstrar a importância de admitir o quanto os negros escravizados não só se apropriaram da língua portuguesa, como também fizeram dela estratégia muito importante de sobrevivência.

Por isso, faz-se necessário rever o contexto histórico da escravidão a partir do século XIX, tendo em vista que os negros utilizaram a língua para promover uma interação coletiva e não para manter a desigualdade como forma de hierarquizar o uso dela nas relações interpessoais.

Na tentativa de entender como foi o processo inicial do letramento da população preta e, principalmente, em que circunstâncias isso se deu, pretende-se buscar compreender como este procedimento se tornou uma arma potente e poderosa no combate à hegemonia europeia.

Assim sendo, ao levantar as questões históricas para a elaboração desta pesquisa, fiz um resgate à minha raiz ancestral e constatei o quanto os meus antepassados foram atingidos com essa falta de acesso à cultura letrada desencadeada pelo período colonial.

A começar pela minha avó materna, que era analfabeta por não ter tido a oportunidade de frequentar os bancos escolares. Em seguida, minha mãe, que teve o acesso ao ensino formal, porém sua permanência se deu em um período bem curto e por circunstâncias adversas não conseguiu dar continuidade aos estudos.

Em compensação, a partir do meu ingresso e prosseguimento na educação formal, e da apropriação dessa cultura letrada, consigo, com muita resistência, manter uma trajetória acadêmica, que me levou a obter mudanças significativas em meu núcleo familiar.

Foram essas transformações que impulsionaram em minha filha o desejo de ingressar e de hoje ter a possibilidade de frequentar um curso universitário, que há bem pouco tempo era acessado apenas por pessoas da elite social brasileira.

Dessa forma, vejo que utilizar a leitura e a escrita como instrumentos transformadores gera possibilidades de se promoverem estratégias que poderão contribuir com o combate ao esquecimento e à invisibilidade do negro. Através do resgate da memória histórica, temos a oportunidade de significar e ressignificar a presença e existência social desse sujeito.

Além disso, a partir desta, mediar a aprendizagem dos alunos fazendo com que se apropriem dos códigos linguísticos, bem como saibam a função desse sistema de sinais, entendendo o quanto esta metodologia poderá ser utilizada como ferramenta de resistência nos espaços de poder, provocando transformações históricas nos indivíduos e preservando suas origens.

4 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Ela também disse que eu estava bonita e que não falaria mais comigo em iorubá, pois eu precisava aprender logo o português. Alertou novamente que nunca, nunca mesmo, eu poderia falar iorubá ou eve-fon perto do sinhô, da sinhá, da sinhazinha ou do Eufrásio, pois seria castigada. Não me pareceu difícil, pois eu já achava a língua bonita e já entendia muitas palavras, faltando apenas aprender a pronunciá-las direito. (GONÇALVES, 2010 p. 77)

Nesse trecho, temos a escravizada Kehinde, protagonista da obra *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, que ao chegar à fazenda se depara com o constrangimento de não poder falar o seu idioma nativo, pois ela é obrigada a se comunicar através da língua do seu senhor, sendo forçada a esquecer a sua origem. Desta maneira, por meio desse capítulo teórico, abordaremos reflexões centradas no silenciamento, no apagamento e no impedimento linguístico provocado pelo domínio que os europeus exerciam sobre os povos africanos. Essas ações faziam parte de uma série de rituais de aniquilação da memória das pessoas escravizadas que eram submetidas a esse processo da forma mais violenta possível.

Nesse sentido, exporemos as considerações da escritora bell hooks para dialogar sobre os conflitos gerados pela maneira traumática de sobrepor uma cultura à outra, do psiquiatra Frantz Fanon, para mapear a perda da memória ancestral dos sujeitos oprimidos e do linguista Gabriel Nascimento, comentando a respeito dessa manipulação linguística, a qual ele afirma estar diretamente relacionada às questões raciais.

4.1 O domínio da língua imposto aos povos colonizados

“Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você.” (RICH *apud* Hooks, 2013, p. 223)

Há registros históricos de que os negros africanos, além de serem cruelmente arrancados de seus territórios, e de serem espalhados em outro continente para serem escravizados, sofreram por serem submetidos a diversos tipos de silenciamentos. Dentre eles, o apagamento linguístico, que priorizamos por destacar neste momento a partir de um breve panorama linguístico da diáspora africana.

Segundo SILVA e XAVIER (2018, p.2), “Em termos gerais o termo diáspora tem designado a dispersão forçada do povo africano pelo mundo atlântico especialmente no

hemisfério ocidental.”, portanto, considera-se que este fenômeno acabou por influenciar na construção das sociedades as quais esses povos tiveram como destino.

Tendo em vista o apagamento linguístico ocasionado no período em que se deu essa diáspora, percebe-se que a língua foi um dos elementos identitários mais atacados nas relações interpessoais. Sendo assim, ela tornou-se o principal alvo de manipulação no período das viagens transatlânticas arquitetadas pelos europeus, a fim de manterem o controle não somente dos corpos, mas, sobretudo, da mente dos indivíduos colonizados.

A respeito disso, iniciamos esse texto com uma convocação para uma reflexão da frase inicial “Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você.”, em que a americana bell hooks cita, no capítulo 11 de sua obra *Ensinar e transgredir*, este verso da autora Adrienne Rich, questionando a relação de subalternização da língua do oprimido sob o domínio do opressor.

A pensadora faz esta análise considerando a sua vivência e, por ser descendente de escravizados, destaca que a língua inglesa, assim como a portuguesa, mantida como língua padrão, representa o regime opressor desencadeado no período da escravidão, em que foi imposto aos africanos o uso de uma língua que não correspondia à realidade cultivada por esses povos. Desse modo, ela descreve sua indignação destacando que

Temos pouquíssimo conhecimento de como os africanos desalojados, escravizados ou livres que vieram ou foram trazidos contra a vontade para os Estados Unidos se sentiram diante da perda da língua, de ter de aprender inglês. Somente como mulher comecei a pensar nesses negros em uma relação com a língua, a pensar em seu trauma quando foram obrigados a assistir à perda de sentido da sua língua por força de uma cultura europeia colonizadora, onde vozes consideradas estrangeiras não podiam se levantar, eram idiomas fora da lei, fala de renegados. (hooks, 2013, p.225)

Levando em conta a realidade estadunidense, através desse fragmento, percebe-se o lamento da autora ao compreender que muitos idiomas foram proibidos durante a diáspora africana, em que os negros escravizados foram subjugados, sendo obrigados a se despir da sua cultura e de sua língua materna para se encaixar na língua imposta pelo colonizador. Nesse sentido, entendemos que, quando a pensadora faz a afirmação “fala de renegados”, ela está se referindo enfaticamente à língua que os povos africanos tiveram que admitir por imposição dos colonizadores, forçados a negar suas raízes, tendo que recusar literalmente sua própria cultura.

Outro detalhe importante relativo à aquisição linguística, e que é bem ressaltado por hooks nessa análise, é que “O inglês padrão não é a fala do exílio. É a língua da conquista e da

dominação; nos Estados Unidos, é a máscara que oculta a perda de muitos idiomas, de todos os sons das diversas comunidades nativas que jamais ouviremos, (...)”.

Dessa forma, quando a autora aborda a expressão “fala do exílio”, ela considera que os africanos foram forçados a admitir um novo idioma, o inglês, e, por conseguinte, coagidos a abandonarem sua língua de origem, mas que é através da língua do colonizador que esse sujeito terá que desenvolver meios para se comunicar.

Portanto, a autora chama a atenção para uma conscientização de que a língua inglesa, apesar de não ser a língua de origem dos colonizados, é a língua que oficialmente integra a comunicação desses povos, pois foi ela que prevaleceu no lugar de sua língua nativa. Sendo assim, inferimos que essa dominação linguística se deu não somente por fatores sociais, mas principalmente por questões raciais, por observarmos que tais ações passam pela hierarquização de grupos humanos, a partir de suas características físicas e culturais, conforme podemos perceber por meio dos seguintes apontamentos do linguista Gabriel Nascimento, em seu livro *Racismo Linguístico - Os subterrâneos da linguagem e do racismo*:

Nenhuma língua tem cor simplesmente porque línguas não existem em si. Mas as línguas têm sujeitos por trás delas. E esses sujeitos são situados e datados, no ocidente, por sistemas da racionalidade que, como disse anteriormente, vem racializando sujeitos nas Américas desde 1492. (NASCIMENTO, 2019, p. 20)

Essa observação registrada pelo linguista, em sua obra, é abordada por meio de um questionamento suscitado por ele como: O racismo tem cor? Nessa indagação, ele nos esclarece sobre o quanto a forma impositiva de aquisição da língua europeia está ideologicamente relacionada ao racismo. Isso nos leva a compreender que a maneira com que os brancos hierarquizavam os povos dos territórios colonizados era definida não somente pelas distinções linguísticas, mas, sobretudo, pelas diferenças étnicas. Sendo assim, a existência de indivíduos com a coloração da pele diferente dos europeus era um dos fatores que sustentavam essa dominação.

É importante ressaltar que essas dominações provocaram silenciamentos, e conseqüentemente promoveram um apagamento linguístico, determinando o que poderia ser ou não legalizado nesses territórios. Dentro dessa limitação, os saberes e o conhecimento desses povos eram aniquilados, fazendo com que fossem obrigados a se moldarem à forma hegemônica europeia. A esse fenômeno, Gabriel Nascimento vai chamar de *linguicídio*, ao admitir que a

língua é, como todo produto criado pela colonialidade, um espaço de atuação do epistemicídio. (NASCIMENTO, 2019, p. 23)

O autor cita esse conceito, fazendo referência à escritora Sueli Carneiro, que se baseou nos estudos do também teórico Boaventura de Sousa Santos, e o descreve da seguinte maneira:

Como nos explica a autora, epistemicídio é o extermínio do pensamento do outro. É o formato pelo qual a colonialidade sequestra, subtrai (tudo o que puder se apropriar) e apaga os saberes e práticas dos povos originários e tradicionais. Em nosso caso, os negros e indígenas foram as principais vítimas desse epistemicídio. (NASCIMENTO, 2019, p. 24)

Tendo em vista essa forma de dominação ocasionada pelo poder colonial, patriarcal e racial, Gabriel Nascimento ainda reforça que o epistemicídio é linguístico quando desapropria o sujeito de seu próprio direito de produção do saber (NASCIMENTO, 2019, p. 26). Assim, por meio dessa perspectiva, passamos a entender que é através da epistemologia que se define de que forma esse conhecimento considerado único e verdadeiro deve ser reproduzido.

Essa situação reflete o mesmo diagnóstico encontrado por Franz Fanon em suas reflexões sobre a linguagem e o poder colonial. No primeiro capítulo, intitulado *O negro e a linguagem*, da obra *Pele negra, máscaras brancas* (2008, p. 33), o filósofo aborda suas indagações, debruçado na psicanálise, sobre a ideia de pertencimento do sujeito martinicano e a imposição da cultura francesa.

Neste assunto, o psiquiatra se dedica a chamar a atenção para a força da colonialidade, questionando o quanto a metrópole, dotada de um projeto global de civilização, impõe-se diante dos povos colonizados. E nessas investigações ele aponta que “Falar é estar em condições de empregar um certa sintaxe, possuir a morfologia de tal ou qual língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização.” (FANON, 2008, p. 33)

Conforme Fanon (2008), para o negro enquanto sujeito colonizado o seu fardo é não só se apropriar da língua do branco, mas, sobretudo, assumir toda a cultura do colonizador. Segundo o autor, esse indivíduo deve se destituir de todo o seu legado histórico, social e cultural para admitir o idioma europeu como herança.

Posto isso, ainda que se adeque a essa estrutura hegemônica, o negro jamais será um branco legítimo, logo, admitindo essa postura, ele veste uma máscara na tentativa de representar essa identidade que lhe foi imposta, reforçando os impactos oriundos das relações interpessoais do período colonial.

Ainda de acordo com o psiquiatra, filósofo e pesquisador, o sujeito da Martinica, dominando a língua francesa, está mais próximo do ideal de brancura imposto pela metrópole, através do colonizador. Assim, o antilhano, logo que se apropria do idioma francês, ao invés de valorizar suas origens, acaba por desqualificar suas raízes e, desta forma, reforça as relações de superioridade/inferioridade que corresponde à supremacia hegemônica.

Do mesmo modo, hooks aponta ainda que:

Refletindo sobre as palavras de Adrienne Rich, sei que não é a língua inglesa que me machuca, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar (2017, p. 224)

Conforme a abordagem feita pela autora, o problema não está na língua inglesa, mas sim no uso de quem detém esse idioma como oficial. Ou melhor, na maneira com que manejamos esses símbolos, optando entre duas variantes, ora para estabelecer critérios de subjugamento nas relações entre pessoas, ora para criar probabilidades de rompimento dos padrões hegemônicos.

Para concluir, trago uma reflexão de Molefe Kete Asante, citada por Lélia Gonzalez (1988), em seu texto *A categoria Político - cultural de Amefricanidade*: “Toda linguagem é epistêmica. E acrescentando que a Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade” (GONZALES, 1988, p. 78).

Através desse posicionamento, Lélia nos convida a refletirmos sobre a identidade africana dentro do continente americano, considerando as heranças histórico-culturais dos povos africanos e indígenas que permeiam os países deste continente, formado por essas comunidades étnicas desde a era colonial.

De acordo com a autora, o termo “Amefricanos” seria o mais adequado para definir essa identidade oriunda do movimento diaspórico, por isso ela o cria com a finalidade de melhor caracterizar as heranças político-culturais deixadas por essas populações e, que atualmente constituem este território.

Logo, por meio dessa declaração de que “toda linguagem é produto de uma ciência”, passamos a compreender que, no entanto, essa ciência precisa corresponder à realidade de cada povo que faz uso dela. Assim, cabe ao indivíduo definir meios que o possibilitem reinventar essa linguagem que foi imposta aos africanos e indígenas e que põe a Europa como o centro do mundo.

Portanto, o que Asente (apud GONZALES, 1988) nos propõe e que coaduna com o pensamento de Lélia em relação a essa matriz cultural é que, através do contato com ideias afrocentradas, as quais ele defende, teremos a possibilidade de reivindicar os espaços que nos foram tomados ao longo da história, quando fomos obrigados a cultivar perspectivas baseadas nas estruturas eurocêntricas.

Sendo assim, a linguagem torna-se o eixo fundamental para se obter essas transformações, visto que ela não somente é utilizada para estabelecer a comunicação entre os indivíduos, mas também serve para demarcar suas posições e o modo de atuarem na sociedade em que estes elementos estão inseridos.

Mais adiante, demonstraremos de que maneira os escravizados utilizaram a língua portuguesa e atuaram através dela para obterem as estratégias que os possibilitaram o alcance da transformação coletiva. E que os auxiliaram no rompimento da cadeia hegemônica propagada acerca do uso da imposição linguística.

4.2 Sinais de ruptura à imposição da utilização do idioma português

Com o intuito de desenvolver novas estratégias contra-hegemônicas e visando diminuir a opressão e a subalternização no contexto linguístico, os negros começaram a criar novas possibilidades de utilização da língua do colonizador. Portanto, por mais que usassem o idioma europeu, em suas comunicações, ele precisava ser útil também para estabelecer vínculos entre os africanos

Penso nos negros encontrando uns aos outros num espaço distante das diversas culturas e línguas que os distinguiam uns dos outros, obrigados pelas circunstâncias a achar maneiras de falar entre si num “mundo novo”, onde a negritude ou a cor escura da pele, e não a língua, se tornariam o espaço da formação de laços. (hooks, 2017, p. 225)

Os negros buscavam uma forma de se conectarem entre si, mesmo porque eram capturados africanos de diversas etnias e diferentes idiomas e, apesar de terem uma cor em comum, eram pessoas bem distintas. Assim, criar novas formas linguísticas para estabelecerem laços seria algo além de se comunicar, neste caso seria fazer um resgate da identidade através da língua.

Sobre isso, bell hooks conjectura: “imagino-os ouvindo o inglês falado como a língua do opressor, mas também os imagino percebendo que essa língua teria de ser adquirida, tomada, reclamada como espaço de resistência” (hooks, 2017, p. 226).

Desta forma, por meio dessa análise, hooks nos faz pensar que, diferente do colonizador que manuseia a língua com o propósito de subjugar e classificar o outro, os escravizados a utilizavam como estratégia de luta visando a uma unidade coletiva que tinha como objetivo diminuir o nível de opressão do qual eles eram sujeitados. Nesse sentido, a autora estadunidense ainda afirma que, para se manter essa resistência coletiva, os negros escravizados se conscientizaram, pois

Embora precisassem da língua do opressor para falar uns com os outros, eles também reinventaram, refizeram essa língua, para que ela falasse além das fronteiras da conquista e da dominação. Nas bocas dos africanos negros do chamado “Novo Mundo”, o inglês foi alterado, transformado, e se tornou uma fala diferente. Os negros escravizados pegaram fragmentos do inglês e os transformaram numa contralíngua. Juntavam suas palavras de um modo tal que o colonizador teve de repensar o sentido da língua inglesa (hooks, 2013, p.226).

Na busca de novas alternativas para o uso da língua inglesa, estava evidenciado não somente uma forma de combater o aprisionamento linguístico estabelecido pela supremacia europeia, mas, sobretudo, dos negros exercitarem o posicionamento político através da língua. Portanto, romper a barreira do aprisionamento linguístico representava acima de qualquer coisa terem a possibilidade de adquirirem novas conquistas que futuramente resultariam em transformações significativas.

Dentro de sua própria realidade, a autora cita como exemplo as canções inventadas pelos escravizados. Essas canções criadas pelos cativos eram de cunho cristão e, além desses indivíduos criarem, também utilizavam como forma de alento ante os sofrimentos aos quais eram submetidos. Isso demonstra que, mesmo dentro da realidade dura que enfrentavam, encontravam modos de tornar mais suaves as opressões e de subsistir ao peso do sistema escravista.

Ao contrário do que a história oficial relata, os escravizados não ficaram inertes diante das adversidades que estavam postas a eles, pois atitudes como essas demonstram que havia, já naquela época, muitas formas de revoltas coletivas e individuais. Em outras palavras, aquilo que o homem branco fazia questão de separar, classificar e rotular foi o que o homem negro

utilizou como estratégia para ressignificar, restaurar e reencontrar a intimidade necessária, que lhe proporcionasse uma unidade de comunicação entre seus pares.

Contudo, de acordo com Conceição Evaristo (2009, p. 22), alguns autores que compunham o cânone literário brasileiro no século XIX destacavam em suas obras personagens negros com características estereotipadas. Segundo a escritora, esses autores, ao ressaltar a linguagem dos escravizados, caracterizavam-nos de forma afásica, sustentando a ideia de impossibilidade de se estabelecer comunicação através do idioma pronunciado pelos pretos. Assim, vemos que o impedimento não se limitava à fala, mas também à escrita, como bem lembrou o linguista Gabriel Nascimento (2019, p.26) “as chamadas culturas ágrafas não serão somente alvo de dominação racial, mas também lugares que a modernidade vai calar por meio da escrita”.

Semelhantemente a este fato apontado por Conceição Evaristo e ratificado por Gabriel Nascimento, a pesquisadora Fernanda Miranda, em seu artigo *Narrativa e experiência histórica nos romances de autoras negras brasileiras: silêncios prescritos*, enfatiza:

Tal aspecto fundamental concentra a particularidade do nosso processo: investiu-se numa ideia de nação independente que se constituía como uma unidade continuadora da ação eurocêntrica iniciada pela colonização portuguesa, subalternizando no projeto de nação aqueles que a elite branca considerava alijados de valores e noções civilizatórias: as populações índias e negras. (MIRANDA, 2019, p. 218)

Conforme as contribuições da pesquisadora, os autores canônicos, por corresponderem às exigências arquitetadas pelo projeto político de nação, apresentavam suas obras de forma a obedecer aos aspectos hegemônicos que tinham como prioridade destacar a figura do homem branco e manter a invisibilidade das etnias negras e indígenas. Através disso, podemos afirmar que a língua, apesar de ser um conjunto de regras que estabelece o que pode e o que não pode ser falado dentro da comunidade de falantes, ela também determina o que pode ou não ser lido nos lugares onde ela atua.

Entretanto, contrapondo essas perspectivas dominantes, tomamos por base as reflexões abordadas pela pensadora Lélia Gonzalez (1984), no seu texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, em que propõe uma importante análise a respeito do “pretuguês”, expressão empregada pela militante para designar as marcas de africanidade na linguagem do povo brasileiro. A autora defende que, embora o Brasil tenha adotado a língua europeia como oficial, manteve os traços africanos, ainda que bastante atenuados, demonstrando com isso uma maneira bem eficaz de resistência ao eurocentrismo.

Embora tenha a língua como objeto de resistência, a intelectual negra nos chama à atenção quando aponta o escárnio que o homem branco faz ao se deparar com tais traços linguísticos abordados no nosso cotidiano, ressaltando que

É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem que é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês.(GONZALES, 1984, p. 238)

É preciso reconhecer, contudo, que de fato ainda hoje há uma percepção do poder da linguagem como o campo de disputa política, levando em consideração a imposição linguística à qual fomos submetidos. Não temos como desconsiderar, porém, que os sinais de africanidade estão introjetados na nossa cultura e é por isso que Lélia declara que “o pretuguês nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil”.

A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente. Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. (GONZALES, 1984, p. 235-236)

Como se pode ver nesta citação, a língua como objeto de resistência é detectada por meio da função materna admitida pela figura da “mãe preta”, estereótipo atribuído à mulher negra desde o período colonial, que detinha a função de amamentar e cuidar dos filhos de seus senhores. E, por conta dessa função, ela transportava para essa criança todos os saberes e costumes de sua origem. No entanto, desde o período colonial, a sociedade brasileira despreza o fato de ter uma população constituída pela cultura africana e até os dias atuais ignora a existência dessa matriz afrodescendente na formação identitária dessa nação.

Porém, ao nos depararmos com tais fatores identitários, vemos que não há como ocultar os traços oriundos dessa mestiçagem e mantê-los invisibilizados, pois eles estão presentes nos mais variados aspectos e características aparentes no cotidiano brasileiro, não havendo como esconder tamanha evidência constatada principalmente na fala desse povo. Assim, em virtude desses fenômenos linguísticos afro-referenciados demonstrados na fala do brasileiro, Lélia ainda declara de maneira bem irônica dizendo que, "Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já

está dada” (GONZALES, 1984, p. 235/236): essa “rasteira” é dada através da figura dessa “mãe preta” que cuida da criança branca. A criança internaliza valores da sua cultura à cultura do homem branco, pois quem criava os filhos dos homens brancos eram essas mães pretas.

Contudo, entendemos que tais valores, principalmente os que se referem à aquisição da linguagem, que eram inseridos através da oralidade como o canto, as rezas, o contar histórias, foram formas de manter vivas as nossas tradições, ressaltando a excepcional representatividade da mulher negra na sociedade brasileira, promovendo o resgate da consciência e memória do que atualmente nos constitui enquanto nação brasileira.

5 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho é uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois tem o propósito de investigar de que forma a língua foi utilizada pelos escravizados como uma estratégia de resistência no período colonial. Para tanto, será realizada a coleta de dados bibliográficos baseando-se em obras teóricas, que darão fundamentação aos assuntos tratados nos textos literários selecionados para o cumprimento das análises.

No desenvolvimento da pesquisa, especificamente na coleta de dados, utilizaremos como modelo a análise e interpretação de conteúdos. Inicialmente foram feitas as leituras dos romances *Um defeito de cor* (GONÇALVES, 2010), *Úrsula* (REIS, 2020), o *Crime do Cais do Valongo* (CRUZ, 2018) e o artigo *Luiz Gama e a sátira racial como poesia da transgressão: poéticas diaspóricas como contranarrativa à ideia de raça* (SANTOS, 2015). E em um segundo momento foram selecionados os trechos correspondentes ao tema a ser pesquisado.

Paralelamente à leitura das obras literárias, e a partir do levantamento das questões a serem trabalhadas, foram feitas leituras das obras teóricas *Ensinando a transgredir* (hooks, 2013), *Pele negra, máscaras brancas* (FANON, 2008), *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (GONZALEZ, 1988), *A categoria político-cultural de Amefricanidade* (GONZALEZ, 1984), *Narrativa e experiência histórica nos romances de autoras negras brasileiras: silêncios prescritos* (MIRANDA, 2019), *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (EVARISTO, 1996) e *Racismo linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo* (NASCIMENTO, 2019), a fim de que fundamentassem as ideias que surgiram após as análises literárias. Feito isso, fez-se a confrontação dos conteúdos com as definições dos teóricos.

A escolha desses romances foi realizada a partir de uma necessidade que me ocorreu, quando, ao trabalhar textos literários com meus alunos do 5º ano do ensino fundamental, percebi que a maioria não se interessava pela leitura. A partir daí, surgiu uma reflexão sobre o assunto e o questionamento do quanto os nossos antepassados escravizados eram impedidos de terem acesso ao mundo letrado, porém, mesmo tendo sido submetidos às condições adversas, resistiram às mesmas, fazendo do uso da leitura e da escrita como uma das possibilidades para combater o silenciamento imposto pelo domínio europeu.

Logo depois, realizei a leitura de alguns trechos da obra *Um defeito de cor*, para que pudessem constatar, através da ficção, como funcionava o processo de aquisição de leitura da

personagem principal da trama, Kehinde, que, apesar de ter sido escravizada, conseguiu driblar tal submissão utilizando essa experiência letrada como uma ferramenta de resistência, e que lhe proporcionou conquistas significativas ao longo de sua vida.

Sendo assim, escolhi investigar obras escritas em períodos diferentes, tanto no século XIX (Úrsula), como também no século atual. Porém, apesar de elas ocorrerem em momentos distintos, as abordagens remetem ao processo de enfrentamento vivenciado pelos escravizados durante o período de escravidão. Apesar das aflições às quais eram submetidos, conseguiram transformar o uso impositivo de uma língua estrangeira em um importante instrumento de luta no decorrer da sua árdua trajetória escravista

6. ANÁLISE DE DADOS

Esse capítulo dedica-se ao objetivo final dessa pesquisa, analisar os dados da língua imposta pelo colonizador europeu ao escravizado africano em relação com a língua sincretizada usada pelo africano enquanto resistência à imposição colonizadora, presentes nas obras literárias analisadas.

6.1 Língua enquanto tecnologia de poder

Durante boa parte da história do Brasil, o sujeito preto foi neutralizado dos espaços coletivos, sendo tolhido de expressar sua língua, sua religião e sua cultura, e, de um modo geral, sempre foi visto como um indivíduo passivo e espectador. Porém, apesar de tantos impedimentos, os negros, embora tenham sido escravizados, não se prostraram, pelo contrário, promoveram atos abolicionistas, manifestando rebeliões de formas variadas que os levaram a ressignificar sua própria história.

Antes de tudo, para confirmar tais abordagens, buscaremos evidenciar, através de apontamentos nos trechos dos textos dos romances e poemas de autoria negra, como: *Úrsula* (REIS, 2020), *Um Defeito de cor* (GONÇALVES, 2010), *O Crime do Cais do Valongo* (CRUZ, 2018) e *Luiz Gama e a sátira racial como poesia da transgressão: poéticas diaspóricas como contranarrativa à ideia de raça* (SANTOS, 2015), tentando, de forma analítica, evidenciar e ilustrar o que de fato os escravizados, particularmente no século XIX, vivenciaram em seus cativeiros no que diz respeito ao uso da língua.

Além disso, pretendemos destacar de que maneira, através dessas vivências e não apenas de histórias contadas, os indivíduos escravizados que viveram naquele período histórico conseguiram suportar os excessos de tirania de seus senhores e ainda assim ter a possibilidade de construir um verdadeiro arcabouço memorial, utilizando a língua como estratégia de resistência. Nesse sentido, a literatura atua como um artifício muito importante, cumprindo a função de representar, de forma ficcional, a realidade omitida nos textos oficiais. E dentro da perspectiva de criar realidades possíveis, visando a uma unidade coletiva para transformar o contexto em que viviam, os escravizados procuravam formas de tornar isso possível, apropriando-se das oportunidades que surgiam, mesmo em meio às condições adversas que os

cercavam. Isso é o que podemos constatar através desse episódio, descrito na narrativa de Ana Maria Gonçalves

A sinhá perguntou se algum dos escravos da casa sabia ler, porque ela tinha um caderno com receitas que queria que a Esméria e a Maria das Graças aprendessem a preparar e servissem durante a estada do padre Notório. A Esméria disse que não, que ninguém sabia ler ou escrever, e a sinhá respondeu que era o que esperava mesmo, que cabeça de preto mal dava para aprender a falar direito, quanto mais para ler e escrever.” (GONÇALVES, 2010, p. 91)

Nesse trecho nota-se que a sinhá percebe a necessidade de os escravizados saberem ler, no entanto ela deixa bem claro que é com a finalidade de desempenharem melhor suas atividades domésticas. Logo, entende-se que essa inquietação não ocorre pelo fato de ela enxergar nas pessoas negras alguma possibilidade de desenvolverem capacidades cognitivas, pois para ela esses indivíduos possuíam somente habilidades para realizarem funções braçais e não intelectuais.

A priori, esta foi uma das representações mais sagazes admitidas pelo racismo “científico” no início do século XIX, em que cientistas tentavam comprovar por meio de teses absurdas a superioridade do homem branco sobre o homem negro. Um exemplo de tal disparate foi a tentativa de afirmarem que europeus e norte-americanos brancos teriam o cérebro maiores do que os indivíduos pertencentes a etnia africana e a indígena.

Atualmente, atitudes hediondas como essas podem ser classificadas como um ato de epistemicídio, e mais uma vez citando o linguista Gabriel Nascimento: “o epistemicídio ganha um papel significante na língua quando apaga a possibilidade de os saberes tradicionais serem compreendidos, ouvidos e difundidos.” (2019, p. 26). E isso é exatamente o que ocorre quando a supremacia branca despreza os valores culturais de determinadas etnias sob a perspectiva de desumanizá-las e subestimá-las de modo a identificar esses sujeitos como seres não dotados de qualquer sinal de inteligência.

Desta maneira, os colonizadores demarcavam o posicionamento sociocultural do negro em relação ao branco, condicionando-o à supremacia exercida sobre os indivíduos subalternizados. E, a partir de então, em nome do colonialismo, mantinham a inferiorização de saberes sustentando a distinção intelectual entre colonos e colonizados.

Além do mais, essa característica epistêmica foi o que também marcou o cenário literário no início do século XIX, em que autores da literatura brasileira apresentavam em seus romances personagens negros desumanizados e desprovidos de autenticidade. Entretanto,

atualmente escritores da literatura negro-brasileira vêm desconstruindo essas imagens negativas em torno dos grupos étnicos desfavorecidos. Desse modo, sobre essa perspectiva de desconstrução de estereótipos de personagens negros na literatura, Conceição Evaristo (2009, p. 22) critica a postura de alguns autores que compunham o cânone literário brasileiro, e que ressaltam em suas obras personagens negros de forma depreciativa e tipificada. Da mesma forma, a pesquisadora Fernanda Miranda, também evidencia que, por causa da ideologia eurocentrista, os povos não brancos foram subalternizados e lançados fora do projeto político de nação, pois a elite branca os considerava alijados de valores e noções civilizatórias: as populações índias e negras. (MIRANDA, 2019, p. 218)

Contrariando esse cenário de ocultismo em torno da cultura africana, temos a romancista Maria Firmina dos Reis como precursora e contemporânea de autores canônicos do século XIX, dando início ao rompimento dessa estrutura que descartava e depreciava os caracteres essenciais em torno do negro. E, em seguida, buscava, já naquela época, ressaltar em seus personagens negros fatores que os identificassem como sujeitos dignos dotados de valores e princípios. Logo, podemos considerar que Firmina foi a escritora negra do Romantismo pioneira no processo abolicionista, que através de seu romance, *Úrsula*, publicado em 1859, revolucionou a literatura brasileira por apresentar personagens negros com uma abordagem inovadora, que não correspondia aos padrões tradicionais daquela época.

Portanto, sua narrativa destaca a figura do negro de forma subjetiva e humanizada. E, além disso, a autora apresenta os seus personagens com uma linguagem estrategicamente articulada, demonstrando que de fato se compromete com uma abordagem de exaltação dos indivíduos que sofrem com o conservadorismo das elites brasileiras. É o que podemos constatar diante do relato abaixo, que ela aborda no primeiro capítulo de sua obra:

Como te chamas, generoso amigo? Qual é a tua condição?
 Eu, meu senhor- tornou-lhe o escravo, redobrando suas forças para não mostrar cansaço-, chamo-me Túlio.
 Túlio! – repetiu o cavaleiro, e de novo interrogou: _A tua condição, Túlio?
 Então, o pobre e generoso rapaz, engolindo um suspiro magoado, respondeu com amargura... (REIS, 2020, p. 18)

Por meio desse episódio, intitulado *Duas Almas Generosas*, temos um diálogo entre os personagens Tancredo, a primeira alma generosa, que é um homem branco, rico e um dos protagonistas do romance, que, ao sofrer um terrível acidente, caindo de seu cavalo, fica durante um bom tempo desacordado, sendo socorrido por Túlio.

Túlio, segunda alma generosa, um homem preto e escravizado, que, mesmo vivendo sob condições adversas na trama, não mede esforços ao socorrer o jovem branco que está caído, gravemente ferido. Logo após ser acolhido por Túlio, Tancredo se recupera do desmaio, eles se identificam, o jovem advogado se compadece do sofrimento de Túlio e retribui a generosidade dele, alforriando-o.

Assim sendo, a partir desse encontro, evidenciamos que não há uma variação entre os personagens, tanto na conduta moral quanto na apropriação linguística, bem como também na maneira que ambos expressam sentimentos nobres. Desse modo, diante desse episódio, percebemos que, na composição desses personagens, há uma manobra da autora ao demonstrar que tanto pessoas negras quanto pessoas brancas possuem o mesmo nível de capacidade moral, intelectual e emocional.

Com isso, Firmina (2020) consegue, de forma estratégica, resgatar dentro dessa história os “valores civilizatórios” que, segundo Fernanda Miranda, eram alijados das etnias negras e indígenas pelos autores canônicos nesse mesmo período. Ratificamos que a escritora, ao reinserir em seus personagens africanos tais princípios que os definem enquanto sujeitos, está ressaltando positivamente as características identitárias que compõem a personalidade desses indivíduos. Dessa maneira, Firmina dos Reis (Ibidem) dribla a estrutura literária e endossa sua tática de promover ações abolicionistas, manipulando principalmente a língua utilizada pelos personagens negros, utilizando-a como uma arma indispensável de resistência. Através dessa e de outras estratégias, ela acaba subvertendo os padrões estilísticos e literários já naquela época em que autores clássicos correspondiam ao projeto eurocêntrico dominante.

Mais adiante, em outro capítulo da obra, Firmina dos Reis (Ibidem) enfatiza por meio da fala da personagem Susana, no momento em que ela dialoga com o personagem Túlio, sua

indagação sobre o conceito de liberdade, logo após ele lhe dar a notícia de que foi alforriado por Tancredo:

A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou:
 — Sim, para que estas lágrimas?... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! Liberdade... ah! Eu a gozei na minha mocidade! — continuou Susana com amargura. — Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante e ardente do meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor; eu corria as descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah, meu filho! Mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em quem me revia, em quem tinha depositado todo o amor da minha alma: uma filha que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar a nossa tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah, Túlio! Tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh, tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2020, p. 83)

Nesta fala, percebemos que, embora para Túlio o conceito de liberdade era possuir uma carta de alforria, para Susana ser livre era poder conviver com seus entes queridos no lugar onde nasceu, cresceu e pode se autoafirmar enquanto sujeito. Nesse sentido, nota-se que há na personagem Susana uma indignação em aceitar as circunstâncias atribuídas às pessoas escravizadas e uma compreensão conveniente do que de fato significa ser liberta, uma vez que nesta narrativa ela é a única personagem que veio da África para ser escravizada aqui no Brasil.

Em suma, a ideia de liberdade plena para Túlio seria o fato de Tancredo ter lhe dado a posse de uma carta de alforria, enquanto para Susana seria poder voltar a viver em seu país de origem juntamente com seus familiares que foram deixados em sua terra natal, lugar do qual foi brutalmente arrancada.

Por isso, diferente dos outros cativos, Susana é a única personagem, nesta narrativa, que de fato consegue descrever, com riquezas de detalhes, como era sua vida no continente em que nasceu e, com isso, ela é a pessoa que verdadeiramente tem uma percepção do que representa ser livre em sua total plenitude.

Assim, através da voz da personagem Suzana, vemos a proposta de Firmina dos Reis (2020) em fazer com que o leitor compreenda através desse resgate de memória, que funciona

como uma espécie de elo inserido em um conceito de justiça e liberdade que acaba originando uma nova identidade histórica à população afro-brasileira.

De acordo com Fernanda Miranda (2019), essa forma de inscrever a experiência dos negros nos romances, que Maria Firmina (Ibidem) introduz na literatura brasileira, funciona como uma atuação que mistura realidade, desmistificando a História oficial, que silenciava as vozes dos povos diaspóricos, por isso ela atribui esta ação ao ato de “interpelar a história oficial”.

Segundo a pesquisadora, esses escritos resgatam um conjunto de elementos silenciados pelas narrativas canônicas, dentre eles “a memória, como veia viva que conecta sujeito, comunidade, tempo e espaço, na enunciação de experiências históricas que remetem à diáspora como matéria formadora da nação brasileira (MIRANDA, 2019, p.224).

A mesma estratégia é reiterada pela escritora Eliana Alves Cruz, em seu célebre romance, *O crime do cais do Valongo*, por meio da personagem Muana Lómuè, que é escravizada pelo comerciante e, estrategicamente, também se remete às lembranças de sua terra natal buscando meios para suportar a realidade brutal em que vivia e aliviando a saudade que sentia do lugar onde nasceu. Logo, a moçambicana recorda

O verde que domina a paisagem no meu local encantado impressiona. Todo o povoado transborda com uma abundância de espécie de plantas e animais que só existem lá. O solo fértil onde minha família plantava milho e criava cabras abrigava dezenas de casas circulares de terra batida e telhados de palha. Havia um rio, o Licungo, com milhares de pedregulhos em sua extensão onde nós, crianças, nos divertíamos quando ele não estava muito cheio e bravo...
...Tudo isso me refresca a mente e os olhos do espírito nesta lida em que me encontro deste outro lado. Lembro-me de cada detalhe como se fosse hoje... e veja que já faz muitos anos que saí de lá! Como poderia esquecer? (CRUZ, 2018, p. 44-45)

Assim como Firmina descreve a personagem Suzana, Eliana apresenta a personagem Muana recorrendo às lembranças do período em que viveu em sua terra natal para demonstrar o que para ela era a representação de uma vida digna e harmoniosa. Além disso, por meio dessas recordações, ela conseguia, além de suportar as dores provocadas pelo cativo, conseguia definir o seu próprio conceito de liberdade. Desse modo, temos a memória relacionando-se à linguagem de forma recíproca, pois uma depende da outra. Por meio dessa preservação da memória do lugar de origem, que a autora insere a voz da mulher negra no tempo e no espaço, ao mesmo tempo ela acaba mantendo a história do povo africano viva e fortalecida.

Essa personagem que também tem o conhecimento de sua história e que domina bem o código linguístico do colonizador reconhece o seu valor ancestral. Através desses relatos, a escritora utiliza a língua portuguesa como um instrumento para reconstruir a identidade dessa personagem. Sendo assim, ela desenvolve mecanismos que nos ajudam a desestabilizar a estrutura escravocrata que se perpetuou até os dias atuais em nossa sociedade como herança desse sistema colonial.

6.2 Mecanismos de resistência desenvolvidos pelos cativos

Dentro das poucas oportunidades que os escravizados encontravam no cativeiro, adquirir a leitura e a escrita era uma das probabilidades mais apropriadas para alguns conseguirem vislumbrar sua autonomia e, por sua vez, alcançar a tão sonhada liberdade. Ademais, na medida em que se deparavam com essa possibilidade de mudança, já era uma janela que se abria rumo a um novo horizonte, como podemos observar neste episódio de *Um defeito de cor*:

Na manhã seguinte, junto com as compras que ela tinha mandado fazer em São Salvador, chegou um preto do escritório que o sinhô tinha por lá, que a sinhá nos apresentou dizendo que ficaria conosco durante a visita do padre, porque precisava mostrar que a fazenda também tinha escravos de qualidade e não apenas os sem inteligência como nós, e que ele leria as receitas e todas as outras instruções que ela daria por escrito. E já que ele estava disponível, o Sebastião deveria providenciar um horário, todos os dias, para que a sinhazinha Maria Clara tivesse aulas de ler e escrever, pois a menina estava sendo criada xucra como preta, e alguém tinha que tomar providências. (GONÇALVES, 2010, p.91)

Nesse fragmento, a sinhá se vê diante da necessidade de contratar um preto leitor para contribuir com as atividades domésticas da fazenda, e ao mesmo tempo aproveitando-o para alfabetizar a sinhazinha. Uma vez que a sinhazinha fosse alfabetizada, ela passaria a não ter a mesma característica de uma pessoa negra ao qual os colonos classificavam de seres selvagens. Desse modo, era mantida a distinção das posições hierárquicas entre servo e senhor, estabelecendo ao negro uma invisibilidade natural.

Uma vez que para os senhores de escravos ser “xucro” era uma característica destinada ao povo preto escravizado e não a uma senhorita branca, entendemos que, apesar disso, o ato da sinhá contratar um mediador negro para introduzir a sinhazinha ao mundo letrado parece ser uma atitude digna e honrosa mantendo a ideia de agregar mais valores à branquitude. Porém,

nota-se, de fato, que a intenção da sinhá não é a de conceder à sinhazinha *status* social, pois naquela época, em uma sociedade patriarcal, bastava à mulher ter a leitura como algo instrumental que lhe permitisse ter condições suficientes para atender às demandas atribuídas ao espaço doméstico. Contudo, o que a sinhá não esperava era que contratar um negro letrado para alfabetizar a sinhazinha fosse uma atitude que futuramente pudesse se transformar em uma ameaça aos seus interesses.

Assim, por meio dessa ação, conseguimos perceber que há uma inversão de valores por parte da autora, ao tornar evidente o fato de que quem detinha o poder do conhecimento necessário para inserir a sinhazinha à apropriação da leitura seria um professor negro, representado pela figura do Fatumbi. Desta maneira, notamos por meio dessa análise uma das atitudes que revelam o quanto os escravizados atuavam de modo a superar a subordinação, buscando sobreviver à perspectiva hegemônica.

Com isso, através dessas demonstrações elencadas nessas obras, começamos a criar novas imagens que geram a desmistificação de estereótipos idealizados pelos cânones literários, que em suas obras inseriam a imagem do negro projetada em um ser desprovido de inteligência linguística, conforme alertado no artigo da escritora Conceição Evaristo (2009, p. 22). Neste texto, a teórica adverte que parece uma tendência na literatura “compor o negro ora como um sujeito afásico, possuidor de uma ‘meia-língua’, ora como detentor de uma linguagem estranha e ainda incapaz de apreender o idioma do branco”.

Por isso, passamos a ampliar a nossa visão através desse trecho mencionado obtendo a compreensão de que a preocupação da sinhá não está em transformar a sinhazinha numa exímia leitora, mas sim em eliminar da sinhazinha qualquer vestígio ou características de um “ser selvagem”, destituído de qualquer aspecto de civilização que nesse contexto está representado pela figura do negro.

Por certo, essa postura conservadora da elite literária, que persistia em manter a figura do negro negativada e invisibilizada, em especial do século XIX, era tendenciosa. Pretendia-se continuar submetendo a intelectualidade desse indivíduo, não dando a ele sequer o reconhecimento devido. E ao mesmo tempo conservavam essas perspectivas para que os negros continuassem sendo desumanizados. Por outro lado, o que tentamos ressaltar aqui é o quanto essas obras de autoria negra brasileira exercem um papel primordial agindo na contramão desse movimento de apagamento linguístico literário.

Diante disso, retomando a atuação do personagem Túlio, exemplo já mencionado neste trabalho, temos um argumento precioso para compreendermos que, ao criar este personagem com uma fala articulada, Maria Firmina está demonstrando que entre o negro e o branco não havia diferença quanto à dicção, nem tão pouco quanto à pronúncia do idioma. Os dois personagens possuem bom desempenho e habilidade ao se expressarem de forma clara e correta segundo as exigências implantadas pela elite. Nesse sentido, cabe ressaltar que, quanto ao negro essa competência é aguçada, porque, além dele ter internalizado a sua gramática nativa, ele é obrigado a dominar as regras gramaticais do homem branco literalmente na ponta da língua. Desta forma, entendemos que a intenção da autora, ao manipular o emprego da língua, é não impactar o público, no século XIX, fazendo com que os negros em sua trama falem como os brancos.

Por essa analogia, Fanon questiona o comportamento das famílias burguesas das Antilhas diante do uso da língua materna frente à língua francesa. De acordo com o psiquiatra, havia uma vigilância acirrada em torno da elocução dos antilhanos que achavam que quanto melhor dominassem a língua francesa mais a sua identidade estava próxima a de ser um homem branco. Portanto, o negro que falasse o francês da França era “um quase branco.”

Desde a colonização, o uso da língua está associado às relações de poder, uma vez que, nos embates existentes das relações interpessoais, isso se faz necessário no intuito de manter uma hierarquia linguística entre as pessoas, determinando quem são os indivíduos que merecem destaque e os que precisam e devem continuar sendo subalternizados.

No episódio apresentado, isso fica bem claro, já que falar bem o francês não está relacionado somente a uma performance estética do uso de uma língua, mas sim em alimentar e reforçar o simbolismo de uma sociedade patriarcal, em que prevalecem as relações de poder e domínio dos homens. Dessa maneira, constatamos que manter essa deslegitimação linguística entre os sujeitos contribui com as perspectivas do período colonial que até a atualidade opera através dessas nuances cotidianamente. Ainda segundo Evaristo, “isso revela o espaço não negociável da língua e da linguagem que a cultura dominante pretende exercer sobre a cultura negra”. Contudo, o negro se apropria da linguagem do colonizador, passando a assumir esse código linguístico e faz uso dele, e o fator principal dessa apropriação é entender que, através dessa linguagem, ele terá a possibilidade de dominar o mundo que está à sua volta.

Pretendemos com essa pesquisa enfatizar que o emprego da língua representa uma estratégia que o sujeito pode utilizar em seu favor como forma de combater essa estrutura

repressora com a qual a língua foi imposta na nossa sociedade. Ressaltamos o uso da língua como ferramenta de resistência, de modo que, por meio dessa atitude, possa promover transformações históricas nos espaços em que esse indivíduo estiver inserido.

Quanto ao uso da língua pelos escravizados, é importante reiterar que a postura desse povo não era totalmente submissa e passiva. Tanto que priorizamos lembrar algumas estratégias que eles desenvolviam a fim de superarem as políticas de dominação. É o que veremos nesta passagem:

Enquanto a sinhazinha Maria Clara copiava as letras e os números que o Fatumbi desenhava no quadro-negro, eu fazia a mesma coisa com o dedo, usando o chão como caderno. Eu também repetia cada letra que ele falava em voz alta, junto com a sinhazinha, sentindo os sons delas se unirem para formar as palavras. Ele logo percebeu o meu interesse e achei que fosse ficar bravo, mas não; até quase sorriu e passou a olhar mais vezes para mim, como se eu fosse aluna da mesma importância que a sinhazinha. Comecei a aprender mais rapidamente que ela, que muitas vezes errava coisas que eu já sabia. As três horas de aula todas as tardes passaram a ser para mim as mais felizes do dia, as mais esperadas, e fiquei triste quando chegou o primeiro fim de semana, dias de folga que o professor aproveitou para ir até a capital. (GONÇALVES, 2010, p.92)

Mais uma vez a personagem Kehinde supera todas as expectativas que o destino separou para ela, conseguindo transpor uma barreira gigantesca que é a de se apropriar da leitura. Tendo em vista que o negro era tido como um ser incapaz de obter capacidades cognitivas, constatamos por meio desse episódio o quanto essas afirmações são falsas. E que, além disso, a escravizada se apodera dos códigos linguísticos de maneira tão autêntica que passa a adquiri-los de forma mais dinâmica e eficiente que a própria sinhazinha.

Mais adiante, através desse engajamento, a narrativa mostra que ela consegue romper obstáculos, fortalecendo-se e absorvendo novas estratégias de sobrevivência que irão transformá-la em uma guerreira na luta contra a desigualdade racial. E, como consequência dessa descoberta, isso faz com que se torne uma pessoa mais consciente do que as demais pessoas do seu convívio, passando a frequentar grupos de pessoas com ideias abolicionistas e que promovem algumas revoluções em busca da liberdade e da igualdade racial.

Tal estratégia era a mesma utilizada pela também escravizada Muana, que realizava pequenas revoluções internas, permitindo aos seus companheiros de cativeiro se livrarem de alguma situação adversa, tal qual observaremos no episódio a seguir:

O Natanael, coitado, quase foi parar nos infernos, se eu não entendesse o que o senhor escrevia. Por isso, para saber sempre o que vão fazer esses senhores, agreguei outros treinos e letras ao que aprendi em minha terra e ao que a irmã Maria do Carmo me ensinou no Lazareto, mas ninguém pode jamais descobrir que eu leio os avisos que ele coloca na Gazeta e também as cartas que me manda pôr no correio. (CRUZ, 2018, p.19)

Como podemos observar, contrariando o pensamento dos senhores de engenho, os escravizados não só tinham habilidades cognitivas bem como também as exercitavam em seu favor. Neste incidente, por exemplo, presenciamos a escravizada Muana utilizando suas habilidades linguísticas para cooperar com os seus irmãos de cor nas lutas cotidianas.

Contudo, para os escravocratas, ter um escravizado letrado representava uma ameaça muito grande, pois, uma vez que isso acontecesse, de algozes eles poderiam se tornar vítimas daqueles que eles tanto subestimaram, considerando que estavam diante de criaturas incapazes de cometer atitudes inteligentes. Portanto, era comum que os escravizados mantivessem segredo sobre sua alfabetização, como Kehinde, em *Um defeito de cor*:

Depois da minha descoberta, que eu achava ser só minha e sobre a qual não comentei com ninguém, achei que ele passou a me tratar melhor, dando um jeito de, à noite, deixar que eu estudasse em alguns livros da sinhazinha que ele levava para corrigir, arrumando também papel e pena para que eu pudesse copiar e fazer os exercícios (GONÇALVES, 2010, p.93).

Nota-se que manter o sigilo sobre a condição de sujeito letrado era um dos fatores primordiais para que os cativos obtivessem um bom desempenho durante esse período para, assim, desenvolverem um melhor rendimento ao longo do processo de letramento. No entanto, podemos considerar que este movimento de manter em sigilo o fato de saber ler é uma resistência, pois ser um escravo leitor representava uma ameaça aos senhores de engenho. Fatumbi não só ensinava os códigos linguísticos e a estrutura das palavras a Kehinde, mas também a incentivava, dando-lhe suporte para que a moça atingisse a alfabetização de forma plena.

De maneira idêntica à manutenção por Ana Maria Gonçalves do sigilo estratégico da personagem Kehinde, Eliana Alves Cruz procede da mesma forma quando evidencia esta atitude em seus personagens leitores

[...] Eu buscava o exemplar daquela quarta com os anúncios postos no sábado e pegava o de sábado com os avisos postos na quarta. Religiosamente. As primeiras vezes que lá estive foi com meu senhor, mas depois, de tanto me ver perambulando na loja da Gazeta, o criado Justino já me conhecia e recebia

os papéis dos avisos mesmo que eu estivesse sozinha. Ele me sorria e estendia a mão. Eu entendia tudo o que estava escrito, mas o Justino nem desconfiava e era melhor que continuasse assim. (CRUZ, 2018, p. 14)

Com isso, era por meio de ações como estas que os sujeitos subalternizados passavam a entender que, através de seu desenvolvimento no letramento, e dos esforços em manter essa consistência linguística ativa poderiam alcançar lugares que os levariam a conquistar a tão sonhada liberdade. E, como efeito disso, muitas vezes, atingiam posições sociais que lhes permitiam cooperarem com seus irmãos de cor e juntos serem pessoas vitoriosas.

Além do mais, apesar de se depararem com situações de desprezo e de negação em virtude das questões político-sociais daquela época, ser um indivíduo letrado era uma exceção à regra. E isso era o que fazia com que esses sujeitos se diferenciassem dos outros escravizados.

Neste mesmo período em que se dá a ficção, aqui no Brasil, esse lugar de negro intelectual, afro-brasileiro e estrategista literário foi muito bem ocupado pelo escritor Luiz Gama, que, com seus poemas, questionava essa hegemonia linguística, fazendo questão de reafirmar a identidade africana e de utilizar sua escrita como tática no combate à imposição do escravismo. Ele que começou o seu percurso de letramento de maneira clandestina, da mesma forma que a personagem Kehinde. Existe a hipótese de que Kehinde seja sua mãe, Luiza Mahin, a qual Gama descreve na carta que escreveu a seu amigo Lúcio de Mendonça: “Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mina (Nagô de Nação), de nome Luíza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã” (MORAES, 2005, p. 67-75). Alfabetizou-se aos 17 anos com o auxílio de um filho de fazendeiro, estudante de Direito, tornou-se um rábula (advogado sem formação acadêmica) e como um exímio abolicionista revolucionou a escrita, transformando-a em uma ferramenta para libertar mais de 500 escravizados no século XIX.

De acordo com os apontamentos do pesquisador Eduardo Antonio Estevam Santos, em seu artigo *Luiz Gama e a sátira racial como poesia da transgressão: poéticas diaspóricas como contranarrativa à ideia de raça*:

Luiz Gama recupera aspectos da cultura afro-brasileira por meio de memórias, rastros, resíduos, presentes na linguagem, no cotidiano. *Primeiras Trovas Burlescas de Getulino* apresenta um léxico híbrido, no qual estão presentes palavras do cotidiano popular e fortes referências à África: marimba, urucungo, candimba, azeviche, musa da Guiné. Faz um jogo entre as línguas, demonstrando a híbride na formação da língua brasileira. (SANTOS, 2015, p. 745)

Assim, podemos perceber a habilidade, talento e sabedoria de Gama, que, além disso, ao notar que havia brechas no sistema, aprende as suas regras e passa a lutar contra esse sistema. Reinsere a essência da língua africana no vocabulário brasileiro.

Tal posicionamento torna-se um ato político, pois vemos que através dessa postura Luiz Gama promove um protesto social, reinventando a linguagem. E desta forma faz com que rompamos com a invisibilização do povo preto, que teve sua identidade excluída do projeto político de nação.

Sendo assim, “podemos notar, tanto no seu processo de alfabetização quanto em seu empenho em tornar-se um homem negro letrado, um forte esforço em adentrar o universo da vida cultural de uma nação em construção, de uma nação à procura de identidade.” (SANTOS, 2015, p. 730) Dentro dessa perspectiva de criar uma nova identidade negra, embasada por esse posicionamento político de Gama, podemos perceber que suas atitudes eram fortes ferramentas eficazes que beneficiavam as lutas coletivas, como ele mesmo declara na carta ao amigo Lúcio:

Agora chego ao período em que, meu caro Lúcio, nos encontramos no Ipiranga, à rua do Carmo, tu, como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu como simples aprendiz- compositor, de onde saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos pobres, todos os infelizes; e para os míseros escravos, que, em número superior a quinhentos, tenho arrancado às garras do crime. (GAMA, apud MORAES 2005, pp. 67-75)

Gama, em um de seus poemas, intitulado *Minha Mãe*, descreve traços de sua memória afetiva, que de maneira idêntica às personagens das obras mencionadas anteriormente neste trabalho, reflete os mesmos interesses de reconstruir a identidade africana, utilizando a memória como arcabouço:

Minha Mãe
 Era mui bela e formosa,
 Era a mais linda pretinha,
 Da adusta Líbia rainha,
 E no Brasil pobre escrava!
 Oh, que saudades que eu tenho
 Dos seus mimosos carinhos,
 Quando c'os tenros filhinhos
 Ela sorrindo brincava.

*Éramos dois – seus cuidados
 Sonhos de sua alma bela;
 Ela a palmeira singela,
 Na fulva areia nascida.
 Nos roliços braços de ébano,
 De amor o fruto apertava,
 E a nossa boca juntava
 Um beijo seu, que era vida.*

(GAMA apud SANTOS, 2015, p. 730)

Neste poema, Gama ressalta os traços físicos da mulher negra com características delicadas e frágeis. Porém, é importante notarmos que o poeta, ao destacar o estado em que a mulher negra se encontra, dona de si, também possuía beleza e formosura. Isso ocorreu quando ela ainda estava no continente africano. Logo em seguida ele narra que, ao chegar ao Brasil, todo esse encanto se perdeu por causa do processo de escravidão. Assim, passamos a compreender o quanto ele é um escritor comprometido e que faz questão de marcar a importância da ancestralidade e da identidade cultural africana. Certamente, através desses versos percebemos que o poeta, ao mesmo tempo em que ressalta a beleza da mulher negra com lirismo, cumpre com os padrões estéticos hegemônicos exigidos naquela época de forma táctica, por tornar visível as características do povo preto de forma positivada.

Essa perspectiva se contrapõe à postura de muitos autores do cânone literário que se dedicavam em ocultar ou estereotipar a população preta e indígena. Desse modo, Estevam Santos destaca que o tom da escrita de Luiz Gama, além de combatente, tinha um estilo estratégico. Por certo, notamos também por meio desses escritos que era dentro dessa perspectiva identitária que Gama encontrava forças para enfrentar e combater o escravismo, pois, ainda de acordo com Santos:

Neste poema e em sua carta-memória, Gama adjetiva sua mãe como geniosa, suave, insofrida, vingativa e dotada de atividade. Esta última qualidade teria sido em função de sua participação numa insurreição escrava na Bahia. Percebe-se claramente que o intelectual diaspórico deixou-se influenciar por essas construções de forma que a sua personalidade apresenta características similares. (SANTOS, 2015, p. 743)

Nesse sentido, é importante ressaltar que o poeta, além de usar os seus versos com o tom lírico expressando sua subjetividade diaspórica, também os utilizava de forma satírica,

apresentando manifestações de insatisfação com determinadas atitudes da metrópole. Luiz Gama foi um grande poeta satírico em pleno Romantismo. Sua militância foi marcada tanto pelo aspecto literário quanto pelo aspecto jurídico, lutando contra a escravidão e contra a monarquia

Ainda seguindo esse panorama de resgate memorial, Gama vai retomar em sua obra termos lexicais africanos, ressaltando a influência linguística desencadeada pela mistura dos povos que constituem a nação brasileira, recitando os seguintes versos:

*Oh! Musa da Guiné, cor de azeviche,
 Estátua de granito denegrado,
 Ante quem o Leão se põe rendido,
 Despido do furor de atroz braveza;
 Empresta-me o cabaço d'urucungo,
 Ensina-me a brandir tua marimba,
 Inspira-me a ciência da candimba,
 As vias me conduz d'alta grandeza.
 Quero a glória abater de antigos vates,
 Do tempo dos heróis armipotentes;
 Os Homeros, Camões — aurifulgentes,
 Decantando os Barões da minha Pátria!
 Quero gravar em lúcidas colunas
 Obscuro poder da parvoíce,
 E a fama levar da vil sandice
 Às longínquas regiões da velha Bácia!
 Quero que o mundo me encarando veja
 Um retumbante Orfeu de carapinha,
 Que a Lira desprezando, por mesquinha,
 Ao som decanta de Marimba augusta;*

(GAMA apud SANTOS, 2015, p. 738)

Nessa composição, Gama exalta as musas negras com o intuito de inverter os padrões seguidos pelos autores românticos que, naquela época, exaltavam as musas gregas mantendo

os modelos vigentes da literatura considerada clássica. Em seguida, ele reinventa o mito de Orfeu, desprezando o mesmo paradigma hegemônico exigido naquele momento em que as musas helênicas estão em destaque. Assim, conseqüentemente, Gama também se integra ao rol de escritores negros estrategistas que se dispuseram a desestabilizar a supremacia branca, com táticas coerentes que apresentavam a finalidade de elevar a identidade da população negra que sempre foi vista como meros objetos mercantis da sociedade brasileira.

Por analogia, o escritor acaba africanizando o texto, quando utiliza expressões de idiomas africanos, mantendo uma linha estratégica de maneira autêntica e revolucionária, reinsertando a subjetividade do indivíduo africano e destacando o uso da língua no cotidiano da sociedade brasileira. Pois, as línguas africanas, propositalmente, sempre foram ocultadas e desprezadas por seus falantes, sendo tratadas ironicamente quando pronunciadas, não obedecendo ao padrão.

Entretanto, integrando essa mesma lógica de Gama em reafirmar a identidade africana linguística, Lélia Gonzalez, ratifica ser o “pretuguês” o conceito que dará conta da mistura linguística entre a língua africana e a língua europeia. De acordo com as ideias da filósofa, quando os brancos debocham da pronúncia africanizada, eles “não sacam que tão falando pretuguês” (GONZALEZ, 1984, p. 238)

Dessa forma, Lélia faz menção a alguns elementos da língua que estão relacionados ao seu uso marcado pelos traços de africanidades e demonstra como essas nuances estão presentes em nossas falas cotidianas. Como vimos antes, Lélia apresenta características do português brasileiro proporcionadas pelas influências de línguas africanas, tanto no vocabulário como na pronúncia de alguns fonemas. Em virtude disso, passamos a entender, por meio desse conceito, que, ao executarem tais pronúncias, esses indivíduos não estão cometendo erros na fala, mas sim, estão fazendo escolhas linguísticas.

Assim, a intelectual negra atribui essas transformações da língua à influência africana, empregando o termo pretuguês para denominar essas manifestações linguísticas. Por todos esses aspectos, este termo empregado por Lélia Gonzalez serve para pensarmos o português falado no Brasil denotando a hibridização das línguas.

A filósofa ainda declara que “o pretuguês nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil”. Ela faz essa afirmação no artigo *A categoria político-cultural de Amefricanidade*, destacando com isso que não há uma maneira única de falar, mas sim que existe falares do idioma português na língua portuguesa brasileira. Dessa maneira, entendemos

que, por mais que o homem branco tente ignorar as marcas da cultura africana impregnadas na cultura brasileira, ele não consegue anular o valor resultante dessa mistura. Sendo assim, precisamos nos conscientizar que o racismo linguístico é uma estratégia de controle promovida pela herança colonial que intencionava manter a dominação física, cultural e subjetiva dos povos colonizados.

Em suma, o que almejamos demonstrar com essa análise é que, apesar da língua portuguesa, francesa e ou inglesa terem sido impostas e por terem permanecido como oficial às suas colônias, a sua apropriação por parte dos escravizados não se deu com o mesmo propósito de submissão entre as relações comunicativas. De maneira oposta, para o escravizado, assimilar a língua do homem branco e adquirir a leitura e a escrita tornaram-se estratégias de luta e não uma perpetuação opressora de massificação coletiva.

Sendo assim, vimos como os escravizados utilizavam a escrita como ferramenta das mais variadas formas, desde a confecção de bilhetes auxiliando em algumas rebeliões, como, por exemplo, revolta dos Malês, a instrumento de alforria que possibilitou a libertação de centenas de cativos, conforme vemos em Luiz Gama.

Com base nesse estudo, conseguimos chegar à constatação de que os escravizados não eram pessoas “xucras” e incapazes de produzirem culturas e saberes, como afirmavam os senhores de engenho. E que por meio dessas manobras criaram estratégias transformando a realidade a que estavam submetidos, tal como é o papel da educação, atualmente, para os afrodescendentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito, basicamente, analisar os fenômenos linguísticos nas relações interpessoais no período colonial, bem como promover um diálogo com autores e autoras sobre a importância da língua utilizada pelos negros como estratégia de resistência, durante o processo de escravização, especificamente no período do século XIX.

Essa curiosidade se deu ao observar a falta de estímulos dos estudantes ocasionado por um certo desinteresse pela leitura por parte deles, visto que esta é uma das principais características que tem desencadeado a exclusão escolar nos estabelecimentos de ensino. O fato é que boa parte dos estudantes não se veem incluídos nesse ambiente, contribuindo para a reprodução e manutenção de traços hegemônicos.

Contudo, uma das principais motivações que me impulsionou a realizar esta pesquisa foi a de tentar destacar o uso da língua como estratégia de resistência por parte dos escravizados, que eram obrigados a adotar a língua de seus donos como idioma oficial em seus atos comunicativos.

Com efeito, passo a compreender que esta dominação não era só física, mas sobretudo, cultural e subjetiva, pois os escravizados não só se apropriaram da língua do colonizador, mas também tiveram que se adequar aos seus costumes e hábitos. Entretanto, mesmo em meio a mecanismos de opressão, conseguiram criar espaços de resistência utilizando a língua como uma ferramenta na tentativa de transformar a realidade a que eram submetidos.

Para tanto, atentamos ao processo de colonização ocorrido em nosso país, que foi o que gerou todos esses aspectos negativos e que atualmente constatamos serem prejudiciais e ocorrentes no sistema escolar, uma vez que a língua utilizada de forma vertical tende a manter uma visão hegemônica. E isso atinge de maneira massiva a população de baixo poder aquisitivo, consequentemente preta, em sua maioria.

Vimos que os resultados encontrados apontam que as marcas de africanidade presentes na língua dos brasileiros afrodescendentes até os dias atuais têm sido alvo de constrangimento na sociedade como um todo. Ainda hoje, nos deparamos com ideias preconceituosas oriundas do período do processo de colonização, que ocorreu nos países da América e que permanecem gerando um certo desconforto à população.

Considerando os discursos de alguns teóricos analisados, descartamos a máxima de haver nesses territórios receptores desse contingente diaspórico falantes de uma língua única,

já que essas pessoas pertenciam a diferentes etnias, cultivavam várias línguas e, conseqüentemente, estas influenciaram mutuamente a população, dando origem a outras línguas e falares em uma mesma nação.

Mediante a esse contato linguístico, entendemos que o que hoje temos como herança desse cruzamento étnico trata-se de uma influência africana e não de uma simples contribuição. Por isso, compreendemos que, quando o negro africano é mantido como um mero contribuinte na cultura, na língua e até mesmo na identidade de um povo, ele é apenas parte submissa do processo. Descobrimos através das análises propostas que o que muitos veem como mera contribuição, devido ao processo de apagamento e invisibilidade dos povos africanos em nossa sociedade, são legados de influências que geraram modificações intensas na estrutura linguística dos falantes da língua portuguesa.

Esta interferência linguística não se limita somente ao campo lexical, mas sobretudo, se estende ao modo como os falantes dessa língua organizam essas palavras no seu dia a dia já que a língua, apesar de estar atrelada a um contexto hegemônico global, é, acima de tudo, fruto do uso social de comunicação de um povo.

Assim, passo a entender algumas ocorrências em meu seio familiar, ao conversar com uma das minhas filhas, hoje já adolescente, a respeito desta pesquisa, ela me narrou algo que ocorreu quando aos seis anos de idade ainda estava sob os cuidados da minha mãe e percebeu que, em sua fala, ela praticava a troca fonética do l pelo r... Após notar a troca, automaticamente, relacionou-a ao ensino gramatical da escola pelo fato de estar iniciando o seu processo de alfabetização e logo em seguida fez a tentativa para corrigir o que pensava ser um erro cometido pela avó, obtendo como resposta que ela não consegue pronunciar o fonema em questão de uma outra forma.

Ao ouvir este relato, eu também, me recordei de ouvir a minha avó, que, ao pronunciar o meu nome, Catia, não emitia o som do encontro vocálico “ia” e falava “Cati”. Do mesmo modo que a minha filha, eu não conseguia entender essa transição fonética. Porém, por meio dessa pesquisa, consigo perceber que estas variantes linguísticas que elas escolhiam para se comunicar não eram erros, mas sim marcas de africanidade e valores étnicos que se perpetuavam na minha descendência africana, como bem menciona Lélia, o bom e famoso “pretuguês”.

Pois bem, sabemos que a língua por ser um conjunto de regras ela aponta o que deve e o que não deve ser falado por uma determinada comunidade de falantes desse idioma. Portanto,

quando os europeus impunham as suas regras linguísticas aos povos colonizados eles estavam estabelecendo aos indivíduos que tudo o que estava a sua volta deveria ser nomeado à partir do ideal eurocêntrico. Porém, o que os portugueses não se atentaram é que, os falantes dessa comunidade criariam outras possibilidades verbais para se comunicarem através desse mesmo sistema. Logo, o que temos hoje na língua portuguesa é uma hibridização linguística, onde o que prevalece não é nem a língua portuguesa, nem a africana, mas sim o pretuguês.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico- Raciais**. Brasília. SECAD, 2006.

CRUZ, Eliana Alves. **O crime do Cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura Afro-brasileira – 100 autores do século XVIII ao XXI**. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Dissertação (mestrado) – PUC-RJ**, Rio de Janeiro, 1996.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. “**Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**”. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um Defeito de Cor**. 6ª edição- Rio de Janeiro: Record, 2010.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na Cultura Brasileira**. In: **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**. 1984, p. 223-244.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MIRANDA, Fernanda. **Narrativa e experiência histórica nos romances de autoras negras brasileiras: silêncios prescritos**. Universidade de São Paulo, 2019.

MORAES, Marcos Antônio de. (Org). **Antologia da carta no Brasil: me escreva tão logo possa**. São Paulo: Moderna, 2005, PP. 67-75.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico: Os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

PROENÇA FILHO, D. **A trajetória do negro na literatura brasileira**. Estudos Avançados, [S.l.], v.18, n. 50, p. 161-193, 2004. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9980>. Acesso em: 16 ago. 2022.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Jandira, SP: Principis, 2020.

SANTOS, Eduardo Antonio Estevam. **Luiz Gama e a sátira racial como poesia da transgressão: poéticas diaspóricas como contranarrativa à ideia de raça.** In: **Almanack Guarulhos**, n.º.11, p.707-748. 2015. Disponível em: DOI <http://dx.doi.org/10.1590/2236-463320151109> - Fundação Biblioteca Nacional. Acesso em 15 de agosto de 2022.

SOBRAL, Cristiane. **Não vou mais lavar os pratos.** Brasília: Athalaia, 2010.

TOLENTINO, Joana. **Descolonização, filosofia e ensino: compartilhando vozes de filósofas latino-americanas.** Disponível em <https://asminanahistoria.wordpress.com/2018/04/15/lelia-gonzalez-e-o-pretogues/>. Acesso em: 10 de agosto de 2022.